

CEMJ realiza 1º Encontro dos Estudantes do ProUni

Carla Santos*

O Programa Universidade para Todos (ProUni) surgiu para oferecer oportunidade de inclusão aos estudantes de baixa renda, distantes de uma vaga pública, ao ensino superior privado. Porém, a idéia de torná-lo um mecanismo efetivo de igualdade de acesso à universidade ainda precisa ser muito melhorada, como atestam os nove pontos reivindicados na Carta Aberta dos estudantes bolsistas do programa entregue ao ministro da Educação, Fernando Haddad, no último dia 25 no 1º Encontro Municipal dos Estudantes do ProUni da Cidade de São Paulo, promovido pelo Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ) em parceria com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e com a União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP).

Objetiva, a carta aprovada no Encontro enfatiza que os estudantes do ProUni ainda não dispõem de direitos mínimos adquiridos pelos demais estudantes dentro das instituições privadas de ensino. Esse documento será incorporado como contribuição no documento final da Conferência Nacional de Juventude, já que o 1º Encontro dos Estudantes do ProUni foi validado como conferência livre de juventude (etapa preparatória à Conferência Nacional). O processo de discussão reuniu mais de 2 mil universitários de 7 instituições da capital de São Paulo. (UNIP, Unibero, Unicsul, Anhembi Morumbi, Unicastelo, Uniban e Mackenzie).

Os estudantes do ProUni ainda não dispõem de direitos mínimos adquiridos pelos demais estudantes dentro das instituições privadas de ensino. Necessidades rotineiras para qualquer estudante universitário podem se tornar um verdadeiro pesadelo para aquele que é bolsista do ProUni.

Hoje, os bolsistas do ProUni, em inúmeras instituições, não podem solicitar transferência de turno, unidade, universidade e curso. A eles também ainda não é garantida, por todas as universidades, o direito à disputa de vagas remanescentes em instituições públicas. Além disso, muitos são discriminados na hora de disputar qualquer espaço na universidade, inclusive bolsas de iniciação científica e de estudos.

Essas, dentre outras questões, destacam que necessidades rotineiras para qualquer estudante universitário do país podem se tornar um verdadeiro pesadelo para aquele que é bolsista do ProUni.

Para eles, o nó fundamental das “nove falhas” mora na desinformação. Os estudantes diagnosticaram que o setor de bolsistas no site do Ministério da Educação (MEC) é insuficiente para resolver problemas cotidianos dos estudantes, já que o mesmo se resume a reproduzir trechos de determinadas portarias, abrindo assim a possibilidade para diferentes interpretações.

Regulamentação

Na prática, o encontro defendeu uma maior regulamentação do programa para corrigir a desigualdade, não apenas no acesso à universidade, mas a todas as possibilidades que surgem a partir da entrada do bolsista na mesma. A carta aponta que não basta garantir uma vaga, é preciso regulamentar mais e melhor o programa para que os estudantes do ProUni não sejam discriminados pelas instituições privadas na hora de exercer todos os direitos oferecidos aos demais estudantes.

Em sentido mais amplo, a União Estadual de Estudantes de São Paulo (UEE-SP) e a UNE, entidades co-promotoras do 1º Encontro, deram mais um passo importante na pressão para que o MEC regulamente o setor privado de ensino no país. Como bem tem mostrado a personagem Branca (Susana Vieira), vilã da novela global *Duas Caras*, é preciso dar um basta à libertinagem exercida pelos tubarões das instituições pagas. Não se pode mais permitir que, além de manterem as contas das universidades como verdadeiras caixas-pretas, os tubarões recebam subsídios públicos em nome da igualdade praticando o seu inverso. ●



Participantes do 1º Encontro de estudantes do ProUni.



Senador Eduardo Suplicy fala no 1º Encontro de estudantes do ProUni.

*Do portal Vermelho (www.vermelho.org.br).

Carta Aberta ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad

Sr. Ministro,

Nós, estudantes bolsistas do ProUni reunidos na cidade de São Paulo, dedicamos algumas palavras a Vossa Excelência, afim de apresentar uma série de idéias e reivindicações a respeito do Programa Universidade Para Todos.

Em primeiro lugar é importante registrar que consideramos o ProUni uma grande conquista dos estudantes brasileiros. Ele é resultado da luta histórica em garantir a ampliação de vagas no ensino superior, considerando que o Brasil detém a pífia marca de apenas 11% dos jovens de 18 aos 24 anos matriculados.

Registramos aqui, com convicção, que a grande maioria de nós não estaria na universidade sem o ProUni. O recorte social que ele garante inclui uma parcela da população que não teria acesso a uma vaga pública e muito menos poderia pagar as mensalidades praticadas nas instituições privadas. Muitos de nós, com idade já mais avançada, havia perdido a expectativa de concluir uma graduação e agora volta aos bancos escolares retomando esse antigo sonho.

Defendemos a ampliação do ProUni! Queremos que mais jovens, como nós, tenham acesso ao ensino superior, até que esse direito seja universalizado para toda a população! Queremos a ampliação da universidade pública para que assim ela seja democratizada e popularizada! Buscamos o investimento na escola básica para que tenhamos igualdade de oportunidade com aqueles que têm condição de pagar as altas mensalidades.

Respondemos aqui a todos aqueles que atacaram o ProUni, insinuando que a seleção social derrubaria a qualidade do ensino! Lembramos a eles que o estudante do ProUni também passa por uma seleção de mérito, através de nota mínima do ENEM e da concorrência aberta por determinada vaga. Tornamos público, ainda, que todas as pesquisas dessa questão, além do Exame Nacional de Avaliação dos Estudantes – ENADE – comprovam que os ingressos pelo Prouni ou por outros programas de seleção sócio-econômica têm desempenho superior à média dos demais. Por isso defendemos a radicalização desses critérios. Mais vagas no ProUni! Pela implementação imediata da reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras para estudantes oriundos da escola pública!

Comprendemos o ProUni como um direito! Como nosso direito ao estudo! E, assim, não vacilaremos em nos defender de cada abuso ou distorção. Com todos os méritos que tem, não devemos nos cegar para o fato de que toda política em implementação deve ser aprimorada e melhorada. Muitas vezes, a generalidade dos decretos não consegue perceber as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia do estudante. Durante a nossa organização e a realização das etapas deste encontro diagnosticamos uma série dessas dificuldades. Apresentamos aqui as principais delas sistematizadas.

POR MAIS INFORMAÇÃO

Com toda a certeza, a falta de determinadas informações é o nosso principal problema. Isso gera uma incerteza sobre nossos direitos e deveres em relação ao Programa. A maioria de nós mal tem certeza em relação às exigências de desempenho acadêmico para a manutenção da bolsa, o que cria uma série de boatos. Diagnosticamos que o setor de bolsistas no site do Ministério da Educação é insuficiente para resolver essa questão, já que se resume a reproduzir trechos de determinadas portarias, abrindo a possibilidade para diferentes interpretações.

Identificamos que as próprias instituições têm dúvidas sobre vários critérios. É comum encontrarmos casos em que somos prejudicados por informações inverídicas que recebemos por funcionários das próprias secretarias das Faculdades.

Sendo assim, defendemos:

- Que o MEC desenvolva uma cartilha explicativa voltada aos estudantes beneficiados, a ser entregue no ato da matrícula de cada um, detalhando os direitos e deveres do estudante PROUNI ao matricular-se pelo programa;
- Que o MEC reformule o setor de informações aos bolsistas do sítio do PROUNI na internet, detalhando melhor os direitos e deveres dos estudantes do programa;
- Que o MEC exija das instituições de ensino que preparem melhor as secretarias para atender ao estudante PROUNI e que crie documentos públicos de orientação para os diferentes atores envolvidos afim de desmistificar uma série de critérios.

POR CRITÉRIOS MAIS CLAROS PARA A PERDA DE BOLSA: PELO FIM DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE RENDA ANUAL!

O medo de perder a bolsa é outro problema frequentemente encontrado. A falta de informação, aliada a interpretações diferentes por parte de cada instituição, gera um verdadeiro terrorismo entre nós. Por várias vezes, nos deparamos com colegas que pensam que nosso desempenho deve ser de no mínimo 7,5 em qualquer disciplina matriculada. Não somos contrários à exigência de um desempenho mínimo para a manutenção da bolsa. No entanto, por se tratar da retirada de um direito adquirido, defendemos que esses critérios sejam uniformizados para que fiquem claros a todos os estudantes.

Apresentamos, ainda, a discordância em relação à exigência da comprovação de renda todos os anos praticada por algumas instituições amparadas pelas determinações do MEC. A portaria MEC nº 34 fala em encerramento da bolsa por “substancial mudança de condição socioeconômica do bolsista”. Pois bem, “substancial mudança” não define claramente qual seria ela, o que abre margem para interpretação das próprias instituições. Além disso, consideramos contraditório com os objetivos do programa limitar nosso desenvolvi-

mento financeiro. Tal medida, além de nos trazer incerteza todos os anos acerca da manutenção da bolsa, incentiva a informalidade no trabalho, a negativa de promoções e até problemas familiares com pais e irmãos que tiveram algum tipo de progresso no trabalho.

Sendo assim, defendemos:

- A definição objetiva e publicização dos critérios para a perda de bolsa; garantia pelo MEC do cumprimento, pelas instituições, da determinação de que o aluno “deverá apresentar aproveitamento acadêmico em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das disciplinas cursadas em cada período letivo”;
- O imediato fim da exigência da comprovação de renda a cada renovação de bolsa.

PELO DIREITO À TRANSFERÊNCIA

A transferência de matrícula no ensino superior é uma prática muito comum entre todos os estudantes. Pode ser consequência de uma série de fatores, como transferência de domicílio, conquista ou mudança de horário de emprego, etc. Acontece, ainda, a desilusão com determinado curso que nos obriga a experimentar currículos diferentes. A maioria das faculdades tem nos negado esse direito. Em alguns casos, sequer transferência de período tem sido autorizada.

Outro problema encontrado é o da transferência para cursos em universidades públicas. Pela ausência do vestibular na seleção do ProUni, várias faculdades têm se negado a permitir que os estudantes do PROUNI disputem com seus méritos o direito a uma vaga remanescente nesses cursos.

Por isso, defendemos:

- A exigência, pelo MEC, de que as Faculdades permitam o pleno direito de transferência, como é facultado a todos os estudantes. Garantia do direito à transferência de turno, unidade, universidade e curso;
- Garantia do direito dos estudantes do ProUni à disputa de vagas remanescentes em todas as universidades públicas brasileiras;

IGUALDADE DE CONCORRÊNCIA A TODOS OS ESPAÇOS DA UNIVERSIDADE

Pensamos que os estudantes do ProUni devem ter os mesmos direitos e deveres que todos os outros. Sendo assim, todos os espaços de disputa de mérito nas faculdades devem ser abertos a nós.

Nos deparamos com uma realidade diferente no caso do pleito de bolsas de iniciação científica e outras, por exemplo. Sob a justificativa da duplicidade de bolsa nos é negado por várias faculdades o direito à disputa dessas vagas. Essa justificativa é falsa já que nenhum estudante do ProUni jamais recebeu nenhum tipo de remuneração por parte do governo ou das instituições.

Outro caso não menos comum é o das habilitações optativas. Em muitas Faculdades tem sido



⇒ negado a nós disputar determinada habilitação, nos obrigando a cursar as menos concorridas.

Assim, defendemos:

- Igualdade de direitos e deveres dos estudantes do ProUni com o restante dos estudantes matriculados; garantia do direito à igualdade na disputa por qualquer espaço na universidade;

- Garantia do direito à iniciação científica com bolsa de estudos;

- Garantia do direito à disputa de habilitações por mérito.

PELA GARANTIA DE CONCLUSÃO PLENA DOS CURSOS

Uma de nossas preocupações é a da plena conclusão dos nossos cursos. O direito a uma bolsa do ProUni, conquistada por méritos na nota do ENEM e pelo critério sócio-econômico, deve nos garantir a conclusão da graduação.

Temos nos deparado com várias dúvidas a esse respeito. Uma delas é a de bacharelados opcionais de quarto ano. Várias faculdades não têm deixado claro nosso direito de cursá-lo alegando que se trata de uma segunda titulação. Pensamos que trata-se de um complemento do curso, e portanto somos intransigentes na exigência do direito a cursá-lo.

Outro caso em aberto é o que trata da alteração de grades curriculares durante a vigência do contrato. Temos nos deparado com cursos como o de Pedagogia, que, por alterações nas diretrizes do Conselho Nacional de Educação, tem obrigado as instituições a ampliar a duração do curso, excedendo a vigência do contrato do ProUni.

Ainda vemos dúvida a respeito de uma possível reprovação no último ano letivo. Várias faculdades nos informam que nesse caso teríamos que arcar com o custo dessa DP para concluir a graduação, mesmo que dentro dos 25% previstos para reprovação.

Um outro problema é referente ao trancamento de matrícula. Conforme autoriza o MEC, o trancamento é permitido. No entanto, a maioria das instituições exige o pagamento do período trancado ao final do curso. Sabemos que o trancamento, em vários casos, como a maternidade das estudantes ou os problemas de saúde não é uma opção.

Assim, defendemos:

- Direito a todo tipo de complemento curricular aos estudantes do ProUni durante a vigência da bolsa, incluindo os bacharelados opcionais;

- Garantia de conclusão do curso com vigência da bolsa nos casos de aumento da grade curricular;

- Direito à matrícula gratuita de qualquer reprovação, mesmo que no último ano letivo, desde que dentro do limite de desempenho estabelecido;

- Direito ao trancamento de matrícula justificada sem prejuízo à conclusão do curso com a bolsa;

- Garantia, por parte do MEC, do direito à matrícula aos estudantes selecionados pelo programa em cursos que não formaram turma, através de transferência;



- Garantia, por parte do MEC, da continuidade dos cursos nos casos de encerramento do convênio entre o MEC e a instituição.

POR CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA E PROGRAMAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Não podemos ignorar que, mesmo com a isenção da mensalidade, nossa permanência durante a graduação é difícil. Como sabemos, a trajetória escolar exige muito mais do que a garantia da carteira na sala de aula. As necessidades são várias: desde a alimentação, o transporte público até a própria moradia para muitos de nós que mudam de município. Além disso, existem as exigências diversas a que cada curso nos submete, com materiais muitas vezes caríssimos e que, decisivos, abrem a possibilidade da reprovação não pela ausência de mérito, mas de dinheiro suficiente para acompanhar os demais colegas.

Por um lado, pensamos que o atual modelo de concessão de bolsas-permanência deva ser revisado. A exigência da média de 6 horas aulas diárias não é atingida inclusive por alguns cursos de Medicina ou Engenharia. Além disso é fundamental que se leve em conta a questão dos custos com materiais didáticos exigidos.

Além disso, é fundamental que pensemos numa perspectiva de inserção no mercado de trabalho para os estudantes do ProUni, através de programas próprios de estágio.

Por isso defendemos:

- Flexibilização e ampliação dos critérios de concessão da bolsa-permanência aos estudantes do ProUni. Inclusão, entre os seus critérios de seleção, de possíveis custos com material didático exigidos por determinados cursos;

- Programas de estágio e primeiro emprego direcionados aos estudantes do ProUni;

- Políticas públicas municipais, como o passe-livre aos estudantes bolsistas.

FORMAÇÃO COMPLETA: POR INCENTIVO DE INGRESSO EM PÓS-GRADUAÇÕES

Uma de nossas preocupações é referente à continuidade de nossa vida acadêmica. O ProUni, pensado como instrumento de choque social para setores mais desfavorecidos da população, também deve propiciar uma formação completa. Sem dúvida, sem nenhuma política específica muitos de nós não se acomodarão apenas com uma graduação e não buscarão outros diplomas.

Defendemos:

- Convênios específicos nas pós-graduações de universidades públicas brasileiras para estudantes egressos do ProUni;

- Critérios sócio-econômicos para a distribuição de bolsas de pós-graduação;

- Direito pleno de participação em todos os espaços de ensino, pesquisa e extensão promovidos pelas universidades.

PELA IMPLEMENTAÇÃO REAL DA COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO PROUNI

Como fica claro, os problemas e encruzilhadas enfrentados por nós não são poucos. O dia-a-dia muitas vezes traz à tona questões que os decretos e leis não conseguem perceber. As universidades muitas vezes não são obrigadas por lei a garantir determinados direitos e nos submetem a situações inadequadas.

Desse modo, a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI – CONAP – deve cumprir papel fundamental.

Assim, reivindicamos:

- Funcionamento regular da CONAP;

- Garantias materiais por parte do MEC para o funcionamento da CONAP;

- Promoção e institucionalização da CONAP como instrumento fiscalizador da implementação do PROUNI e de amparo aos estudantes bolsistas.

POR FORMAÇÃO DE QUALIDADE!

Queremos muito mais que o direito à matrícula. Queremos educação de qualidade. Por isso, acreditamos que o Ministério da Educação deve ser intransigente na fiscalização de nossos cursos, a fim de garantir sua qualidade.

Assim, defendemos:

- Rigor na fiscalização do MEC sobre os cursos oferecidos pelo ProUni;

- Implementação real do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – e maior rigor na determinação de descredenciamento de cursos mal avaliados por ele;

- Descredenciamento do ProUni de toda faculdade com mais de um curso mal avaliado.

Sr. Ministro,

Essas são as nossas reivindicações. Sabemos que Vossa Excelência é um dos idealizadores do programa e esperamos que busque sensibilidade e convicção para fazê-las cumprir. Pensamos que assim o ProUni será um programa ainda melhor.

Somos a primeira de muitas gerações que terão o direito de estudar através do ProUni. Tentamos neste encontro cumprir o nosso papel, buscando inspiração na idéia de um Brasil grandioso, de uma nação que faça jus ao seu tamanho, às suas riquezas naturais, à sua criatividade científica, tecnológica e econômica e, principalmente, que faça isso através das potencialidades do seu povo. A educação é instrumento fundamental na busca desse desafio. Não queremos mais desperdiçar as grandes mentes brasileiras excluídas dos bancos escolares! Que este encontro incentive a todos que lutam por uma educação melhor e mais democrática! Educação de qualidade a todas e todos os brasileiros!

São Paulo, 24 de novembro de 2007.

1º Encontro Municipal dos Estudantes do PROUNI da Cidade de São Paulo.